



INFORMATIVO GIAC 216, de 26 de agosto de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

GT Covid-19: MPF/AL ajuizou ação contra o Ministério da Saúde por falta de seringas, agulhas e ultrafreezers para consecução da vacinação contra o novo coronavírus

O Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL) ajuizou ação civil pública contra a União, com pedido liminar, para o imediato abastecimento da rede de saúde do estado alagoano com agulhas e seringas tecnicamente adequadas para a vacinação contra a covid-19. Além disso, objetiva-se a elaboração de um plano de aquisição dos insumos, de forma a evitar que no futuro a situação volte a acontecer.

Na mesma ação, o grupo de trabalho (GT) do MPF/AL que acompanha o enfrentamento à covid-19 no estado, requer o fornecimento de ultrafreezers necessários para o armazenamento adequado, seguro e eficaz dos imunizantes componentes da campanha vacinal em curso contra o coronavírus, conforme anteriormente definido em planejamento divulgado pelo próprio Ministério da Saúde, garantindo-se o fornecimento da logística possível e necessária para que o fornecimento seja aumentado em caso de crescimento da demanda.

A ação, de autoria dos Procuradores da República Bruno Lamenha, Julia Cadete, Niedja Kaspary e Roberta Bomfim, decorre dos fatos apurados no âmbito da notícia de fato nº 1.11.000.000386/2021-53, instaurada para apurar a informação de ausência de abastecimento, pela União, do estoque de seringas e agulhas para a vacinação contra o covid-19 em Alagoas.

Sobre o tema, o Ministério da Saúde chegou a alegar, por meio de nota técnica, que haveria escassez no mercado para aquisição de insumos adequados para a administração das vacinas (seringas de 1ml), razão pela qual permitiu o uso temporário de agulhas e seringas não recomendadas pelos fabricantes dos imunizantes.

No entanto, o que se observou na apuração do procedimento não foi a alegada escassez dos insumos, uma vez que houve intensa disputa e com alto número de interessados em fornecer os produtos ao Governo Federal, o que revelou que a ausência de distribuição de seringas e agulhas tecnicamente adequadas ao estado de Alagoas decorreu de falta de planejamento.

A ação é resultado também das informações colhidas por meio do procedimento preparatório nº 1.11.000.001168/2021-36, instaurado para apurar notícia de atraso inexplicado pela União Federal (Ministério da Saúde) na distribuição de ultrafreezers destinados ao armazenamento de vacinas contra

covid-19 que utilizam a plataforma de RNA mensageiro (nomeadamente a Comirnaty, desenvolvida pela Pfizer/BioNTech).

Como medida inicial, o Ministério Público Federal expediu recomendação ao Ministério da Saúde (MS), no último dia 20 de agosto, para que adotasse providências para a entrega das quatro unidades de freezers com capacidade de 500 a 600 litros/distribuição e duas unidades de freezers com capacidade de 700 a 800 litros/distribuição para o estado de Alagoas. No entanto, expirado o prazo de 48 para que se manifestasse, o MS não o fez.

De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Estado da Saúde, a execução da campanha de vacinação em Alagoas corre sérios riscos de ser prejudicada, pela falta de fornecimento pela União de agulhas e seringas tecnicamente adequadas, bem como de freezers para o armazenamento adequado, seguro e eficaz das vacinas.

Íntegra

[Petição Inicial \(Ação Civil Pública 0813617-39.2021.4.05.8000, em trâmite na 2ª Vara Federal em Alagoas\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Alagoas

Em reunião com membros do Ministério Público, CNMP, SES-PB e Cosems-PB, Ministério da Saúde esclareceu que municípios da Paraíba não devem vacinar, neste momento, adolescentes sem comorbidade

Em reunião realizada, na quarta-feira (25), com membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público do Estado da Paraíba (MP/PB), do Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB), no Rio Grande do Norte (MPF/RN), Pernambuco (MPF/PE), Alagoas (MPF/AL) e Pará (MPF/PA), além de integrantes da Secretaria de Estado da Saúde na Paraíba (SES-PB), a Secretária Nacional de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde, Rosana Leite de Melo, reforçou que, por mais que estados e municípios tenham sua autonomia, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) deve ser respeitado, sob pena de risco de insuficiência de doses para grupos mais vulneráveis e para a efetividade da campanha de vacinação em curso.

A representante do Ministério da Saúde pontuou que, embora tenha sido autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a aplicação de uma das vacinas no público adolescente, ainda não houve planejamento de aquisição para doses específicas para esse grupo (salvo os adolescentes com comorbidades), pois, de acordo com a avaliação técnica do Ministério da Saúde, após a conclusão das atuais fases da campanha, deverá ser priorizada a aplicação de doses de reforço em pessoas acima de 70 anos que receberam a segunda dose há mais de seis meses, e imunossuprimidos após 28 dias da d2 ou dose única da Janssen, conforme será formalizado em notas técnicas que serão editadas em breve.

Os Procuradores da República questionaram na reunião o fato de haver municípios que já anunciam a vacinação de público adolescente sem comorbidades, tendo a Secretária esclarecido que tal situação não

deveria ocorrer, pois se há sobra de vacinas em algum município, a autoridade estadual poderia gerenciar a distribuição equitativa de doses entre municípios, mediante deliberação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Alertou que, conforme dados do Ministério da Saúde, ainda há cerca de 500 mil pessoas na Paraíba ainda sem primeira dose de vacinas.

As representantes da SES-PB informaram que, de fato, há uma minoria de municípios ainda atendendo faixas etárias superiores a 18 anos (até mesmo maiores de 25 anos), no entanto, todos eles receberam remessas consoante estimativa populacional do seu público e orientações do ministério em prol de maior equidade.

Nos debates, foi destacada a possibilidade de haver parte do público que não se dispôs à vacinação ou mesmo a necessidade de maior agilidade na busca ativa da população pelos municípios. Mas, de qualquer forma, ainda há grande número de pessoas com mais de 18 anos sem primeira dose, o que indica não ser cabível ampliar atendimento para adolescentes sem comorbidade, especialmente quando se anuncia que a prioridade após encerramento da atual fase será de reforço para idosos e imunossuprimidos.

No encontro, a representante do Ministério da Saúde anunciou, também, a provável diminuição do intervalo de aplicação das vacinas da Pfizer e AstraZeneca (de doze para oito semanas) a partir de 15 de setembro.

A Secretária Executiva da SES-PB comprometeu-se a levar o tema para a próxima deliberação da CIB, para adequação da estratégia no estado às novas orientações do Ministério da Saúde, tão logo editadas as notas técnicas pertinentes ao assunto. Participaram ainda da reunião on-line, representantes do Conselho das Secretárias Municipais de Saúde da Paraíba (Cosems-PB) e da Comissão da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal na Paraíba

[Anvisa solicitou informações à Fiocruz sobre a necessidade de doses de reforço da vacina AstraZeneca](#)

Com o objetivo de antecipar informações que viabilizem a avaliação relativa à necessidade de doses adicionais das vacinas contra a Covid-19 em uso no Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) solicitou à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na última terça-feira (24), informações sobre o andamento dos estudos promovidos pela farmacêutica acerca das doses de reforço ou revacinação com o imunizante AstraZeneca/Oxford.

De acordo com a autarquia foi solicitado, ainda, que a Fiocruz agende reunião com técnicos da Anvisa para a discussão dos dados disponíveis, estudos em andamento, cronogramas e resultados interinos.

[3ª Turma do TRF3 suspendeu decisão que exigia quarentena de viajantes que desembarcam no Aeroporto de Guarulhos](#)

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu, na última quarta-feira (25), decisão que

determinava a obrigatoriedade do cumprimento de quarentena por viajantes que desembarcassem, no Aeroporto de Guarulhos, com origem ou histórico de passagem, nos últimos 14 dias antes do voo, pelo Reino Unido, Irlanda do Norte, África do Sul e Índia.

Com a decisão, permanecem vigentes as regras constantes na [Portaria nº 655/2021](#) que exige dos viajantes de procedência internacional, a apresentação de documento comprobatório de realização do teste laboratorial RT-PCR, com resultado negativo ou não detectável, realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque, e comprovante do preenchimento da Declaração de Saúde do Viajante (DSV) com a concordância sobre as medidas sanitárias que deverão ser cumpridas no Brasil. Além disso, de acordo com a Anvisa, continuam válidas as disposições da Portaria nº 655/2021, relacionadas aos voos oriundos do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, da República da África do Sul e da República da Índia: "Com a nova decisão judicial, permanecem inalteradas as regras vigentes constantes da Portaria n. 655, de 2021, a qual prevê a suspensão de voos procedentes do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República da África do Sul e República da Índia; a restrição de entrada de viajantes com origem ou histórico de passagem nesses países nos últimos 14 dias; e a realização de quarentena, logo após o desembarque no Brasil, para viajantes brasileiros e seus acompanhantes (contactantes) legais com origem ou histórico de passagem nesses países nos últimos 14 dias", explicou a autarquia.

Íntegra

[Decisão \(Agravado de Instrumento nº 5018871-36.2021.4.03.0000\)](#)

Mais dois estudos clínicos de vacinas em desenvolvimento contra a Covid-19 são autorizados pela Anvisa

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, entre quarta (25) e quinta-feira (26), mais dois estudos clínicos de vacina contra a Covid-19. O estudo clínico autorizado, na última quarta-feira (25), refere-se à [vacina INO-4800](#), baseada em DNA, e patrocinada pela empresa americana Inovio Pharmaceuticals, Inc. Segundo a Anvisa, cerca de 350 voluntários dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul participarão desse ensaio clínico.

Já a autorização concedida, na quinta-feira (26), concerne ao [imunizante "RNA MCTI CIMATEC HDT"](#), em desenvolvimento pela empresa americana HDT Bio Corp, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Cimatec), do Estado da Bahia, e a empresa indiana Gennova Biopharmaceuticals Ltd. O protocolo de estudo da vacina "RNA MCTI CIMATEC HDT" prevê o recrutamento de 90 voluntários, com faixa etária entre 18 e 55 anos.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Câmara dos Deputados aprovou MP que dispensa licitação para aquisição de insumos, bens e serviços para enfrentamento da pandemia

Em virtude da perda de vigência das leis nº [13.979/2020](#) e [14.035/2020](#), a Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (25), a [Medida Provisória nº 1047/2021](#). De acordo com o órgão, a norma permitirá à administração pública a dispensa de licitação para aquisição de insumos, bens e serviços, inclusive de engenharia, necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. A matéria será encaminhada ao Senado Federal para apreciação.

Audiências públicas com temas relacionados à pandemia

Na próxima segunda-feira (30), às 10h, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoverá a audiência pública "Carteira de Vacinação Digital e Certificado de Imunização". Na ocasião, estarão presentes médicos, bem como especialistas na área de saúde, tecnologia, biologia e bioética.

Para participar, acesse o [link](#).

Fonte: Câmara dos Deputados

Instituições contribuem para deflagração de operações contra ilícitos relacionados ao Auxílio Emergencial e ao repasse de recursos para combate à Covid-19

A fim de investigar ilícitos relacionados ao Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982/2020 e pelo Decreto nº 10.661/2021, e ao repasse de recursos destinados ao enfrentamento da covid-19, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, com o apoio da Controladoria-Geral da União, da Caixa Econômica Federal, do Ministério da Cidadania, da Receita Federal do Brasil e do Tribunal de Contas da União têm atuado na investigação e deflagração de operações. Confira, a seguir, as operações executadas entre os dias 25 e 26 de agosto:

- [Operação Lectus](#): Em parceria com a Polícia Federal e a Receita Federal do Brasil, a Controladoria-Geral da União deflagrou operação para apurar possíveis irregularidades na contratação de empresa para implantação de leitos de UTI, destinados ao tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19, no Hospital Central Coronel Pedro Germano e no Hospital Dr. João Machado, ambos situados em Natal (RN).
- [Operação Escamotear](#): Por meio da Estratégia Integrada contra as Fraudes ao Auxílio Emergencial (EIAFAE), integrada pela Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal, Ministério da Cidadania, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União, a PF cumpriu dois mandados de busca e apreensão, no município de Campo

Grande/MS, a fim de identificar a participação de envolvidos na criação de contas fraudulentas no aplicativo "CAIXA TEM" para obtenção ilegal do Auxílio Emergencial.

Além da Operação Escamotear, a Polícia Federal cumpriu, ainda, mandados de busca e apreensão relacionadas a ilícitos contra o Auxílio Emergencial, no [município de Piracicaba/SP](#).

Fonte: Controladoria-Geral da União; Polícia Federal

Tempo de duração do vírus Sars-Cov-2 e níveis de anticorpos contra a covid-19 são objeto de pesquisa da Universidade Federal de Goiás

Pesquisadores da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás (UFG) avaliam o tempo de duração do vírus Sars-Cov-2, causador da Covid-19, e a resposta imunológica à doença. De acordo com informações do Capes, a pesquisa terá duração de dois anos e contará com a participação de 140 voluntários para monitorar o nível de anticorpos da Covid-19 no organismo, seja aquele adquirido por meio do contágio ou pela vacina.

Além disso, o estudo fará comparações dos resultados encontrados com dados sociodemográficos e os sintomas dos pacientes: "São várias possibilidades de análise para que a gente possa entender um pouco mais sobre a dinâmica desse vírus e subsidiar políticas públicas para melhor atender a população e enfrentar esse inimigo", afirmou a professora Sheila Araújo Teles, coordenadora do projeto.

Ministério da Saúde divulgou obra para auxiliar os profissionais de educação física no retorno das atividades presenciais

O Ministério da Educação, em parceria com o Impulsiona, divulgou a publicação "[O papel da atividade física no retorno às aulas presenciais](#)". De acordo com o órgão, o texto objetiva auxiliar os profissionais de educação física a acolherem os alunos, seguindo todos os protocolos de segurança contra a covid-19.

Fonte: Ministério da Educação

Fiocruz recebeu IFA destinado à produção de 5,1 milhões de doses da vacina AstraZeneca

De acordo com informações veiculadas pelo Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) recebeu, na última quarta-feira (25), mais um lote de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) destinado à fabricação de 5,1 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford/Fiocruz.

Até o momento, a Fiocruz entregou 88,4 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Ministério da Saúde decidiu diminuir o intervalo entre doses das vacinas Comirnaty/Pfizer e AstraZeneca, e afirmou que aplicará dose de reforço de imunizantes contra a Covid-19 em idosos acima de 70 anos e pessoas imunossuprimidas

O Ministério da Saúde noticiou, na quarta-feira (25), nova etapa da vacinação contra a Covid-19 no

Brasil. A partir da segunda quinzena de setembro, idosos acima de 70 anos, que completaram o esquema vacinal há 6 meses, e pessoas imunossuprimidas, que tomaram a segunda dose ou dose única há pelo menos 28 dias, receberão dose de reforço da vacina contra o novo coronavírus.

De acordo com o órgão, a dose de reforço será realizada, preferencialmente, com a vacina da Comirnaty/Pfizer ou, na falta desta, com as vacinas Janssen ou AstraZeneca. A previsão é imunizar, com a dose de reforço, cerca de 2,3 milhões de pessoas em setembro, 7 milhões em outubro e 1,6 milhão no mês de novembro: "Esses números nos dão segurança para seguir com essas medidas pactuadas. Temos o conforto suficiente, em função do recebimento de lotes da Pfizer, com expectativa de 27 milhões de doses entregues entre o dia 15 de setembro e o fim do mês. Por isso colocamos preferencialmente a Pfizer, pois é esse imunizante que temos mais disponibilidade para seguir com essa estratégia da dose de reforço" explicou o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz.

Além da deliberação acerca da dose de reforço, o Ministério da Saúde decidiu reduzir o tempo de intervalo entre as doses das vacinas Comirnaty/Pfizer e AstraZeneca de 12 para 8 semanas, após a vacinação de 100% da população com a primeira dose, estimada para ocorrer em setembro: "Com o planejamento feito pelo Ministério da Saúde, as entregas de vacinas previstas até o dia 15 de setembro serão suficientes para vacinar, com a primeira dose, toda a população brasileira acima de 18 anos, estimada em 160 milhões de pessoas", afirmou o órgão.

Confira a [íntegra](#) da Nota Técnica nº 27/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS, acerca da administração de dose de reforço de vacinas contra a covid-19.

Laboratório Pfizer/BioNTech e Instituto Butantan entregaram, na quarta-feira (25), cerca de 5 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 para incorporação ao PNI

O Ministério da Saúde informou o recebimento, na quarta-feira (25), de [4 milhões de doses da vacina CoronaVac/Sinovac](#), entregues pelo Instituto Butantan, e [1,076 milhão de doses do imunizante Comirnaty](#), encaminhados pela farmacêutica Pfizer/BioNTech, para prosseguimento da campanha de vacinação contra a Covid-19.

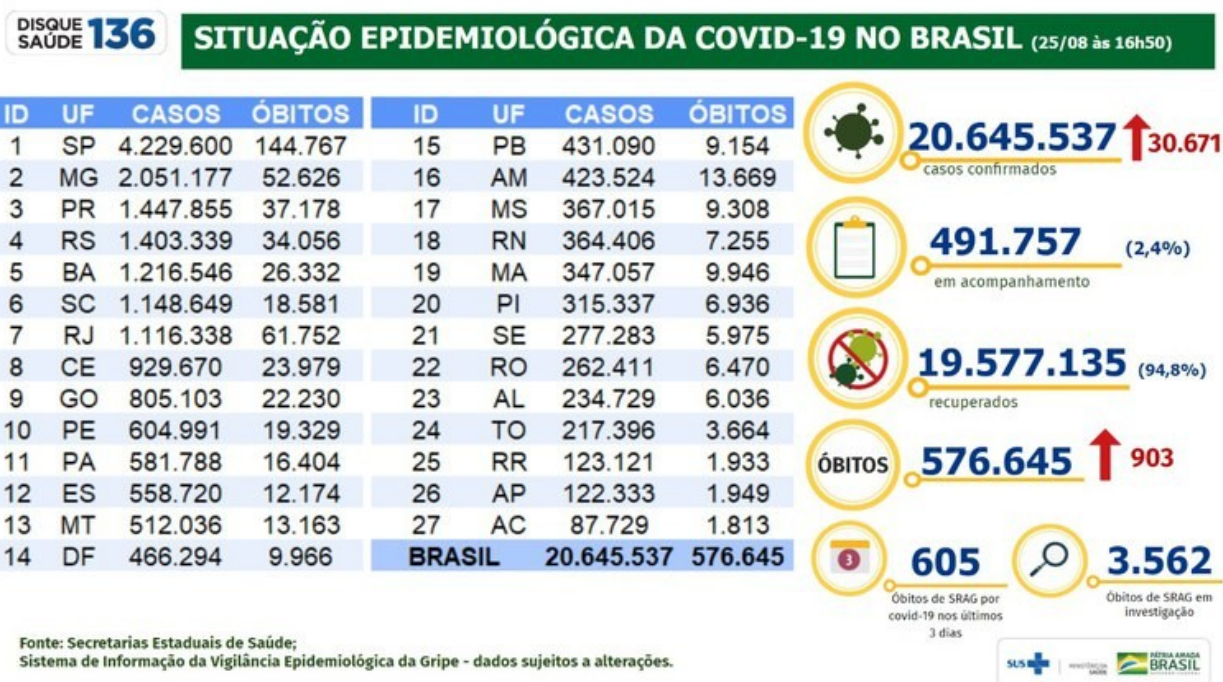
Segundo a pasta, cerca de 75,3 milhões de doses da CoronaVac e 45,9 milhões de doses da Comirnaty já foram distribuídas aos entes federativos.

Panorama da vacinação contra a covid-19 no Brasil

- 223.670.768 milhões de doses distribuídas às Unidades da Federação
- 184.581.484 milhões de doses aplicadas
- 126.778.709 milhões de indivíduos foram imunizados com a primeira dose
- 57.802.775 milhões de indivíduos integralizaram o esquema vacinal

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados do Ministério da Saúde, atualizados em 25 de agosto de 2021, informam que o Brasil registra 20.645.537 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 576.645 mil óbitos decorrentes da doença.



Fonte: Ministério da Saúde

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Pauta prevista referente às audiências a serem realizadas pela CPI da Pandemia, nos próximos dias:

- [31/8/2021, às 9h30 – Oitiva do ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal Francisco de Araújo Filho](#)
- [1º/9/2021, às 9h30 – Oitiva de Marcos Tolentino da Silva](#)
- [2/9/2021, às 9h30 – Oitiva de Ivanildo Gonçalves da Silva](#)

Para mais informações e consulta às oitivas anteriores, expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Senado Federal

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Extrato de Termo Aditivo nº 2/2021 \(UASG 250005\)](#) – Contrato nº: 87/2021. Processo nº: 25000.124895/2020-50. Pregão nº 15/2021. Contratante: Departamento de Logística em Saúde (DLOG). Contratado: 03.426.484/0002-04 - SALDANHA RODRIGUES LTDA. Objeto: acréscimo ao quantitativo de seringas e agulhas. Vigência: 24/8/2021 a 16/4/2022. Valor total atualizado do aditivo: R\$ 7.901.250,00. Data de assinatura: 24/8/2021.

[Extrato de Protocolo de Intenções](#) - Protocolo de Intenções, celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), CNPJ 03.132.745/0001-00, com sede em Brasília/DF, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), CNPJ nº 17.217.985/0001-04, com sede em Belo Horizonte/MG, e o Município de Belo Horizonte/MG, CNPJ 18.715.383/0001-40. Objeto: conjunção de esforços para o apoio à execução de pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico necessários para estudos clínicos envolvendo a vacina brasileira contra a covid-19 pela UFMG, doravante denominada SpinTec MCTI-UFMG. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da assinatura do protocolo.

[Portaria nº 2.071, de 20 de agosto de 2021](#) - Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

[Portaria GM/MS nº 2.090, de 23 de agosto de 2021](#) - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus, a ser disponibilizado ao estado da Paraíba.

[Resolução RDC nº 534, de 23 de agosto de 2021](#) - Dispõe de forma extraordinária e temporária sobre submissão contínua de dossiês de desenvolvimento clínico de vacinas contra a covid-19 pelas universidades públicas brasileiras ou instituições com financiamento público.

Fonte: Imprensa Nacional

Outras notícias de destaque

- [Anvisa produziu uma série de vídeos para esclarecer sobre a notificação de eventos adversos a medicamentos e vacinas](#)

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

- [Brasil completou 14 dias com média móvel de mortes por Covid-19 abaixo de 900](#)
- [Episódio da série Real Oficial mostrou que maioria dos casos graves de Covid-19 não ocorre em pessoas vacinadas](#)
- [Episódio da série Real Oficial afirmou que estudo da Universidade de Miami constatou que não há nenhuma relação entre as vacinas contra a covid-19 e a infertilidade masculina](#)
- [Hospitais do SUS iniciam projeto de reabilitação para pacientes com Covid-19](#)

Fonte: Ministério da Saúde

- [Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou PL que proíbe classificar gastos referentes à pandemia como sigilosos](#)
- [Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara aprovou o fornecimento de EPIs e insumos a instituições de idosos durante a pandemia](#)
- [Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto que prevê testagem ostensiva em pandemias](#)

Fonte: Câmara dos Deputados

- [Conselho Nacional de Secretários de Saúde \(Conass\) promoveu assembleia com participação do Ministério da Saúde para tratar sobre vacinação, financiamento do SUS e cirurgias eletivas](#)
- [Piauí participa da Pesquisa de Prevalência de Infecção por Covid-19 no Brasil para mapear a transmissão da doença no estado](#)

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass)

- [Dataprev disponibilizou novo período de contestação do Auxílio Emergencial para beneficiários que tiveram o benefício negado em agosto](#)

Fonte: Dataprev

- [Diferença entre terceira dose e dose de reforço das vacinas contra a covid-19 e o que isso tem a ver com as variantes do Sars-CoV-2](#)
- [Estudo da Universidade Médica de Chongqing, na China, indicou que a vacina CoronaVac pode dobrar número de anticorpos neutralizadas e aumentar IgG em 4,4 vezes em quem já teve a covid-19](#)
- [População de Guaxupé/MG já pode se inscrever para participar dos ensaios clínicos da ButanVac, vacina contra a covid-19 do Instituto Butantan](#)
- [Praticar exercícios regularmente aumenta resposta da CoronaVac ao vírus Sars-CoV-2, segundo estudo da USP, em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo](#)

Fonte: Instituto Butantan

- [Segundo o estudo do Ipea, pandemia se diferenciou por provocar maior inatividade entre mulheres, negros e jovens](#)
- [Ipea lançou edição especial do Boletim de Políticas Sociais sobre a pandemia](#)

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informações atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) - <http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/coronavirus-veja-aqui-as-notas-tecnicas-do-mpt> e <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/destinacoes-do-mpt-para-o-combate-a-covid-19-chegam-a-r-364-4-milhoes>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontra-coronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Documentos sobre o PNO) – <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/vacinas/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacina-contr-a-covid-19>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>